

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE FUNDOS
GOVERNAMENTAIS E LOTERIAS Nº 178/2012 #20**

Dispõe sobre aquisição, pelo FGTS, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI emitidos pela BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com recursos do orçamento de 2011, no valor de até R\$ 20.500.000,00 (vinte milhões e quinhentos mil reais).

A Gerência Nacional de Apoio a Colegiados faz saber a seguinte deliberação do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, em sua reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2012, Ata nº 060:

"O Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, ao apreciar matéria que lhe foi submetida, em conformidade com as Resoluções do Conselho Curador do FGTS nºs 649/2010 e 667/2011 e Circular CAIXA nº 552/2011, e no uso de suas atribuições estatutárias, na estrita conformidade com o VO VP Fundos de Governo e Loterias/SN Fundo de Garantia 001/2012 e dos anexos que o integram,

RESOLVE:

Art. 1º **Aprovar, por unanimidade,** a aquisição, pelo FGTS, de Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI emitidos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de até R\$ 20.500.000,00 (vinte milhões e quinhentos mil reais), com recursos do orçamento de contratação para o exercício de 2011, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS.

Art. 2º As condições da operação são:

I - Emissão: 1ª Emissão;

II - Série: 272º;

III - Valor total da emissão: R\$ 20.456.894,20 (vinte milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);

IV - Valor nominal dos CRI: R\$ 20.456.894,20 (vinte milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil oitocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos);

V - Coordenador Líder: Banco Citibank S/A;

VI - Agente Fiduciário: Oliveira Trust DTVM S/A;

VII - Originador: Banco Citibank S/A;

VIII - Prazo de amortização CRI: 236 (duzentos e trinta e seis) meses (01/10/2031);

IX - Carência dos CRI: 1 (um) mês;

X - Prazo de amortização legal: 240 (duzentos e quarenta) meses;



XI – Juros dos CRI: 6,59%.a.a. (incluída a taxa de risco do agente operador de 0,4% a.a.).

Parágrafo único. Considerando que a emissão da série de CRI será feita antes da data da subscrição, a liquidação da operação será feita pelo PU do dia da finalização da operação na CETIP.

Art. 3º As aquisições dar-se-ão exclusivamente por intermédio de instituições de custódia e liquidação de títulos e os Certificados serão registrados em nome da CAIXA, na condição de Agente Operado do FGTS.

Art. 4º Os títulos adquiridos serão administrados pela área financeira da CAIXA e registrados em conta específica no balanço do FGTS.

Art. 5º O risco de crédito das operações de aquisição de CRI será do Agente Operador, que terá como garantia os créditos imobiliários que constituem o lastro dos CRI.

Parágrafo único. Será instituído o regime fiduciário sobre os créditos imobiliários vinculados a cada série de CRI, na forma definida pela Lei 9.514/97, suas alterações e aditamentos.

Art. 6º A taxa de risco da operação será de 0,4% ao ano, em decorrência do rating "A" atribuído à emissão de CRI da Brazilian Securities Companhia de Securitização, pela área de risco da CAIXA.

Art. 7º A integralização e liquidação da aquisição dos CRI deverá ocorrer após formalizada a operação, mediante a assinatura do Boletim de Subscrição pelo Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias.

Art. 8º A empresa Oliveira Trust DTVM S/A atuará na condição de Agente Fiduciário e terá a responsabilidade de zelar pela proteção dos direitos e interesses do FGTS, enquanto titular dos CRI, e exercer, na hipótese de insolvência da Emissora, a administração do Patrimônio Separado.

Art. 9º O Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias fica autorizado a assinar o Termo de Subscrição para aquisição dos CRI, observado o limite autorizado.

Art. 10 A aquisição, objeto desta resolução, consumirá recursos do orçamento do FGTS de 2011, que foi aprovado pela Resolução do CCFTS nº 644, de 11 NOV 10, e reformulado pela Resolução nº 676, de 09 NOV 2011.

Art. 11 A matéria deverá ser apresentada ao Conselho Diretor para conhecimento.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor nesta data."

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.



RUTE PORTUGAL DOS SANTOS
Gerente Nacional
Apoio a Colegiados